



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

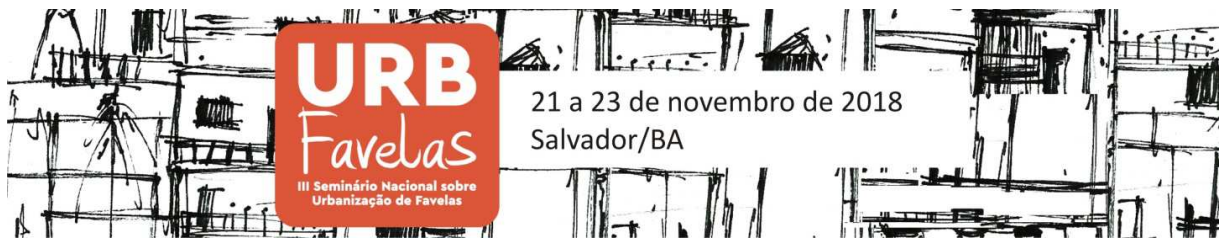
SER PROTAGONISTA DE QUEM SE É: FAVELADO, ATOR (SUJEITO) COLETIVO!

Patrícia Monteiro Santoro dos Santos (UFRJ) - patii.monteiro@hotmail.com

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-UFRJ (2017). Estudante de pós-graduação do Mestrado Acadêmico em Urbanismo do PROURB-UFRJ (atual), ênfase em urbanização de favelas.

Lucas de Assis Costa (UFRJ) - lucnstrx@hotmail.com

Militante-morador de comunidade local (Complexo do Alemão). Pesquisador de Etnomusicologia pela UFRJ (atual). Graduando em Música pela UNIRIO (atual).



**SER PROTAGONISTA DE QUEM SE É:
favelado, ator (sujeito) coletivo!**

**BE THE PROTAGONIST OF WHO YOU ARE:
favelado, collective (subject) actor!**

RESUMO: O presente trabalho aspira apresentar um panorama de como foram as políticas públicas de urbanização de favelas, com recorte situacional para as favelas cariocas, desde o seu surgimento. Distingue, nessa evolução, quatro espaços temporais – 1) a remoção e erradicação, 2) o direito à permanência, 3) os programas de urbanização, e 4) o direito à participação. Sendo a existência desse último a questão levantada no estudo: como a supressão da voz desorganiza social e politicamente um ator urbano que deveria estar à frente na condução do seu destino? Esse estudo pretende ser, também, um manifesto – por uma nova abordagem metodológica (e epistemológica) em urbanismo, apropriada a esses territórios complexos em vulnerabilidade e em celeridade de transformações. A reorientação da prática urbanística para modos mais horizontais e simétricos nos levará à conduta mais socialmente responsável. Favela é cidade!

Palavras-chave: Favelas. Participação. Urbanização.

Abstract: This work aims to present an overview of how were public policies of favelas's urbanization, with the situational cut in the favelas of Rio de Janeiro, since its emergence. It distinguishes, in this evolution, four temporal spaces - 1) removal and eradication, 2) the right to stay, 3) urbanization programs, and 4) the right to participation. Being the existence of the last the question raised in the study: how the supression of voice disorganizes social and politically an urban actor, who should be in front of the direction of his destiny? This study is also intended as a manifest - for a new methodological approach in urbanism, appropriated to these territories, complexes in vulnerability and speed of transformation. The reorientation of urban practice to more horizontal and symmetrical modes will lead to more socially responsible behavior. Favela is city!

Keywords: Favelas¹. Participation. Urbanization.

ST – 1: Projeto, Processo, Superação de Limitações



1 INTRODUÇÃO

O povo que sobe a ladeira ajuda a fazer mutirão, divide a sobra da feira e reparte o pão. Como é que essa gente tão boa é vista como marginal? Eu acho que a sociedade *tá* enxergando mal...

Arlindo Cruz

O urbanismo necessário não é (ainda) o urbanismo praticado. Precisamente, o que se estuda - há décadas a partir de exemplos lá do outro hemisfério - sobre teoria, história, formação e transformações das cidades - não se aplica à realidade brasileira. Não dialoga, sobretudo, com as práticas cotidianas das favelas do país (ter o Rio de Janeiro como cenário). A reflexão sobre a atuação urbanística contemporânea guia-nos à questão: qual deve ser a nova *práxis* urbana? *Práxis* em sentido político, a ação orientada à transformação (combinação de reflexão-atuação que promoverá a mudança). Por uma nova abordagem metodológica que mobilize em direção ao *direito à cidade* através da justiça social.

A esse respeito, Rachel Coutinho² define quatro categorias de análise: a) urbanismo *formal* (institucional, promovido por Estado e empresas); b) urbanismo *colaborativo* (promovido em conjunto por urbanistas, moradores, ONGs. etc.); c) urbanismo *de resistência* (contra as remoções, a favor da preservação da memória, *avesso* às práticas tradicionais); e o urbanismo *informal* (disperso e/ou dominado, sem capacidade associativa). Na evolução das escalas das *práxis*, segundo a autora, partindo da prática que *é possível* (limitada); assumido a *pedagogia* da troca/colaboração para garantir *autonomia*; chegaríamos ao patamar da *luta* - a prática que sustenta o urbanismo de resistência (modelo pretendido a se defender).

Esse trabalho, em idealização, deveria ser escrito por um *favelado-urbanista*. Todavia, atreve-se - com humildade de reconhecer seu lugar no debate - a defender (por compromisso e por simpatia) a participação e a autonomia comunitárias como controle social de ações realmente transformadoras.

¹ Opta-se, aqui, pela não-tradução para o inglês. O termo “*slum*” (em origem como gíria das ruas – 1812 – e em evolução para termo requintado da literatura – 1830) sempre tendeu – embora, hoje, o crivo moral da sociedade o tenha reformulado – à criminalização desse território citadino e da população que ele abriga. (DAVIS, 2006).

² SEMINÁRIOS PROURB, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 25 abril/2018. Palestra de: COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. “*Urbanismo pelo avesso: a prática urbanística na cidade do Rio de Janeiro*”.



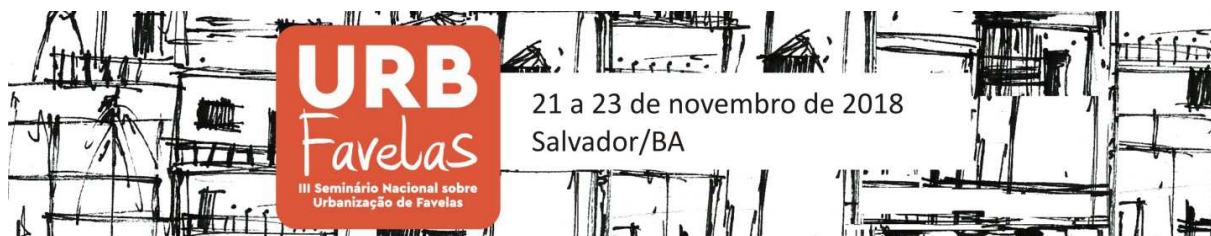
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO: histórico, ou não, em favelas cariocas

A linha do tempo da história de urbanizações de favelas (no Rio) pode ser demarcada por quatro momentos (o último ainda não o é, de fato; está no plano das reivindicações). Temporalizados de acordo com a evolução do posicionamento do Estado para & com a favela, a saber: o **das remoções e erradicação**; o **do direito à permanência**; o **dos projetos de urbanização**; e o - espera-se - **do direito à participação** (nos projetos/planos).

No final do séc. XIX, apesar da Proclamação da República, é a elite *imperial* quem permanece liderando – usando do autoritarismo para manter o Estado coeso. À medida em que crescia a população, agudizavam-se os problemas de habitação. Sob o pretexto de combater a “insalubridade”, a tônica dos projetos urbanísticos desse Rio antigo era sanitarista (questão de “saúde pública”): sucessivos desmontes e remoções forçadas da área central na promoção do embelezamento e modernização da cidade, sem preocupação social ou contrapartida de habitação. A real motivação era a liberação de áreas valorizadas às elites; enquanto os pobres – sobretudo negros – eram incessantemente perseguidos. Excluídos das esferas de poder (participação negada), organizavam seus *territórios de resistência* (bairros populares, cortiços, reuniões religiosas, de samba, capoeira etc.), transferiam-se mais e mais para os morros adjacentes (1ª favela do Rio foi o Morro da Favela/1897, atual Providência). Um exemplo de que a insatisfação popular contra a imposição de medidas autoritárias crescia foi a ‘Revolta da Vacina’ – quase único êxito, e mais violenta manifestação, popular do séc. XX – que ao fim de oito dias contabilizou 23 mortes, muitos presos e deportados (COUTINHO, 2018)².

No início do séc. XX, como parte das operações de “limpeza urbana” iniciadas pelo governo de Pereira Passos ocorrem: em 1922, a demolição do Morro do Castelo (sob *pretextos* de que facilitaria o combate aos miasmas e da necessidade de área livre – que havia suficiente – para a Expo/22); em 1958, a demolição “moderna-arrasadora” do morro Santo Antônio (na verdade, veio abaixo só a parte que configurava, de fato, favela)³. A 1ª menção sobre favelas em plano urbano oficial foi feita no ‘Plano Agache’ – sob viés estético que as

³ SEMINÁRIOS PROURB, 2018, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 28 mar/2018. Palestra de: LIMA, Evelyn Furquim W. “O Centro do Rio de Janeiro e bairros adjacentes: desafios da política urbana face à preservação do patrimônio cultural”.



considerava um corpo estranho a ser eliminado: “São as favelas, uma das chagas [sic] o Rio de Janeiro na qual será preciso, num dia muito próximo, levar-lhe o ferro cauterizador” (AGACHE, 1930, p.239).

Esse primeiro momento (*remover e erradicar*) começa, portanto, em 1910 com o “bota abaixo” higienista de Pereira Passos; e se oficializa no Código de Obras de 1937 – que determinava a demolição das chamadas “*aberrações*”. Em 1940, ocorrem novas remoções do “*problema de saúde pública*” para os parques proletários – onde o morador era identificado na entrada, com hora para fechar (como uma espécie de toque de recolher), além de ter que ouvir as palestras morais do administrador no alto falante ao final do dia. Em 60, houve um sopro pioneiro de projeto com alguma participação (os ‘mutirões’ levaram canos d’água para o morro) mas que durou apenas um ano e meio - já que interesses imobiliários maiores desejavam [sic] “limpar” a Zona Sul das favelas, “cirurgias urbanas”. O padrão moral de culpar as pessoas por sua pobreza perdurou de 1968-1975 – justificando os cerca de 100mil removidos dos “*assentamentos subnormais*” para conjuntos periféricos, pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro - CHISAM.

O segundo momento (*direito de permanecer*) é reflexo da luta dos que defendiam a urbanização local e o fim das remoções. O ‘Projeto Mutirão’ (1982-1989) foi a plataforma do governo Brizola em favor dos pobres. Se populista ou clientelista, o fato é que, pela 1ª vez, assumiu-se a favela como sendo parte da cidade. A retomada democrática do país deu direito de voto ao analfabeto e, de repente (Constituição Federal, 1988), 1/4 dos eleitores eram moradores de favelas. Além disso, o usucapião agora garantia a propriedade da terra a quem a ocupasse por mais de 5 anos. O Plano Diretor (PDDCRJ-92) é um salto ideológico em relação àquele código de obras do início do século. O novo discurso político considera necessário resgatar essa dívida social. E o prefeito César Maia, tendo vencido as eleições de 1993 com uma margem pequena contra a Benedita (negra e favelada de nascimento), teria de se esforçar para manter algum apoio popular durante seu governo.

O terceiro momento (*programas de urbanização*) que - dentro do nosso cenário político - já não é mais o “atual”, é inaugurado pelo ‘Favela Bairro’ (1994-2008). É quando começa a mudar o estigma das favelas, agora “merecedoras” de fundos públicos em larga



escala. Depois, os grandes eventos sediados no Rio□ serviram de justificativa *tanto para vender a ideia (e SÓ ideia) revolucionária do ‘Morar Carioca’ (2010-2020) - de abranger todas as favelas cariocas em 10 anos, mas que teve só 5% efetivado - como para justificar algumas remoções violentas muito semelhantes àsquelas de 1900 (como a da favela Vila Autódromo□). Apesar disso, foi o momento de maior investimento em políticas públicas para favela – vide o Programa de Aceleração do Crescimento/’PAC Favelas’ (2007-2010) - balizados no reconhecimento do direito à permanência.*

A verdade é que a favela se revirou do *avesso* (COUTINHO, 2018) como pôde, configurando-se a forma mais difundida - com & sem Estado - de habitação popular da cidade. Segue resistindo à violência das remoções, até mesmo às opressões simbólicas das estatísticas: rotineiramente a população pobre e favelada é subcalculada, indivíduos não são levados em conta em estimativas propositalmente obscuras (DAVIS, 2006). Contestáveis também são muitos mapas por tentarem apagar/escamotear as favelas da geografia da cidade: mesmo com levantamentos aéreos e apoio informacional do Instituto Pereira Passos/IPP, a RioTur produziu recentemente (2017)□mapas turísticos nos quais as favelas foram representadas por florestas ou espaços vazios. Mapas oficiais deixando de fora cerca de 1,4 milhão de moradores do Rio - cerca de 22% da população (IBGE, 2010). Postura retrógrada observada, também, nos folhetos das Olimpíadas (2016), da Copa (2014) e, até, da Conferência da ONU (Rio92).

Insistir no tema é – apesar de perspectivas pessimistas – mais uma forma de não permitir retroceder nas conquistas até aqui: superada a discussão sobre remoção, garantido o direito à permanência, mantidos os investimentos em urbanização (que passam longe da

-
- Os Jogos Pan-americanos (PAN 2007), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (Rio 2016).
 - 1ª favela da Barra da Tijuca, situada às margens do que viria a ser o Parque Olímpico, a Vila Autódromo mostrou-se experiência vitoriosa apesar de parcial: 90% removida, 20 famílias conseguiram permanecer no local após “urbanização” da prefeitura. Embora não tenha sido considerado o Plano Popular da Vila Autódromo (alternativa dos moradores), reafirmou-se como lugar de resistência não obstante os atravessamentos de memória. Sobre o processo iniciado em 2014: Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/com-remocoes-vila-autodromo-enColhe-83-em-dois-anos-17872872>>. Acesso em 20 mar/2018.
 - ZARUR, Camila; DE LIMA, Ludmilla. *Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade*. Rio de Janeiro: Extra/Globo, 2017. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/folheto-da-riotur-distribuido-turistas-tira-favelas-da-geografia-da-cidade-21806946.html?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra>. Acesso em 13 set/2017.



maquiagem, promovida pelo atual prefeito, às casas [sic] “feinhas” da Rocinha às margens da Autoestrada Lagoa-Barra)□. Garantido esse cenário, o quarto momento é de ainda mais reivindicação e luta: pelo legítimo *direito de participar*.

3 TENTATIVAS DE ANULAÇÃO DO ATOR POLÍTICO FAVELADO

Conhecendo esse retrospecto de ações e omissões do Estado, discutir ‘participação’ pode soar como uma enorme conquista – de fato, é. Contudo, é ingênuo desacreditar no iminente retrocesso político/moral que ameaça o avanço na superação das desigualdades sócio espaciais da cidade (vide o estabelecimento, em fevereiro, da Intervenção Federal no Rio)□. É necessário entender como a participação comunitária se dá e quais impedimentos inibem ou suprimem sucessivamente o ator político favelado (real beneficiário da ação). Com isso, acredita-se ser possível traçar caminhos para uma prática urbanística socialmente mais responsável.

Como antecipado, durante a gestão do prefeito Dodsworth, os moradores removidos eram submetidos à “pedagogia civilizatória” dos parques proletários. Tinham de se identificar no portão de entrada, que fechava às 22h (às 21h, o administrador palestrava em alto-falante sobre o dia e suas lições, verdadeira doutrinação). Como “protesto” às remoções pela CHISAM, a prática era deixar de pagar o aluguel, vender a alguém com maior poder aquisitivo e mudar para outra favela. No final dos anos 40, por sua vez, a Igreja Católica começou a financiar organizações sociais nas favelas – mas como fosse deter alguma ameaça, sob o slogan: “Suba o morro antes que os comunistas desçam”. A Fundação Leão XIII surge, inclusive, para dar “assistência material e [sic] moral” aos moradores. Hoje, nas favelas, é a Igreja Evangélica□ que vem ocupando os espaços de controle através da fé – onde o Estado se ausenta, a Igreja assistencialista se apresenta.

□ Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-comeca-a-pintar-facha-das-de-predios-na-rocinha-para-comunidade-ficar-menos-feinha.ghtml>> . Acesso em 05 maio/2018.

□ Decreto n.º 9.288/2018: segurança pública fluminense sob responsabilidade de interventor militar. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>>. Acesso em 05 maio/2018.

□ O Brasil passa por uma *transição religiosa*: menos católicos, mais não-cristãos/ateus, muito mais evangélicos. Fonte: SEMINÁRIOS PROURB, 2018, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 11 abr/2018. Palestra de: ALVES, José E. D. “O Brasil em transição”.

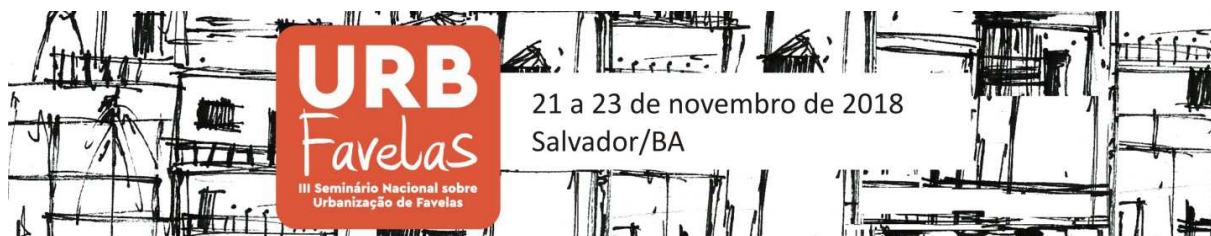


No auge da ditadura militar, as associações¹⁰ - que deveriam representar os moradores - subverteram seus papéis e acabaram cooptadas/subordinadas politicamente ao Estado: na contrapartida de promessas de urbanização, fiscalizavam e controlavam espacialmente os moradores – solicitando, inclusive, apoio policial para remoção (vide o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas/SERFHA, 1956). O processo de organização e participação dos excluídos na vida política da cidade estava, assim, abortado. A falta de legitimidade desfigurava o ‘ator político favelado’ de tal maneira que o resultado foi duplamente traumático (BURGOS, 1998): de um lado, o afastamento natural e indivíduos apáticos (*ressentimento*); de outro, a acomodação às oportunidades, intimidados pelo autoritarismo, disputando pequenos “favores” em vez de lutar por **direitos** (*clientelismo*). Com a reabertura política, foi a vez da violência dos grupos “paraestatais” ligados ao narcotráfico (anos 80/90)¹¹ inibirem a adesão dos excluídos à instituição democrática.

Os sobreviventes à lógica do fuzil, organizavam-se em coletivos: a favela existir já era seu maior ato de resistência. Garantiram o direito de viver em comunidades urbanizadas (contaram com pressões internacionais do Banco Mundial; assistência jurídica da Igreja, via ‘teologia da libertação’ etc.), agora reivindicam – com razão – o direito de participar desse processo. Com ênfase na mobilização popular, o ‘Projeto Mutirão’ tenta intervir de modo que a comunidade protagonize o planejamento/execução das obras. A aposta no processo participativo, no entanto, levou ao desgaste da equipe técnica em razão dos impactos nos prazos. Com a pretensão de formalizar a favela e integrá-la à cidade, arquitetos e urbanistas sustentaram uma lógica autoritária - impor a estética uniforme do *bairro* – quando, na verdade, era a complexidade e a especificidade do processo espacial da *favela* que deveriam ser respeitadas (JACQUES, 2001). Apesar dos termos do ‘Favela-Bairro’ estipularem como objetivo a “maior participação possível”; na prática, a abordagem foi mais de cima para baixo (participação consultiva).

¹⁰ Em 1963, é criada a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro/FAFERJ.

¹¹ Em 2006, o Rio figurou entre as 30 cidades mais violentas do mundo: o registro de mortes por causas externas (homicídios > acidentes > suicídios) chegou a 60mil/ano – valor superior ao de uma Guerra, com a do Vietnã, por exemplo. A *razão de sexo* muda (homens < mulheres) por volta dos 25 anos de idade porque são muitos jovens – sobretudo negros – morrendo. Fonte: SEMINÁRIOS PROURB, 2018, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 11 abr/2018. Palestra de: ALVES, José E. D. “O Brasil em transição”.



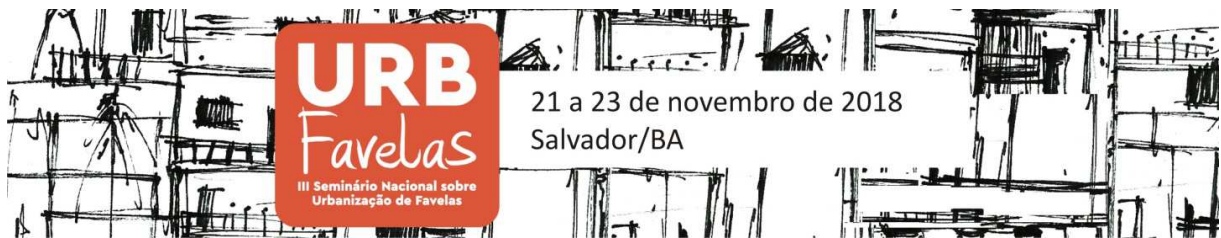
A ausência de consultas prévias ou a ineficiência na gestão desse diálogo, quando não a falta de articulação (comum a muitos territórios de pobreza), abre caminho para obras cujo resultado são transformações limitadas. É o caso do teleférico no conjunto de favelas dos Alemão (2011). Existiu um trabalho social¹² do PAC Alemão, abandonado, no entanto, após breves 18 meses de funcionamento – sob alegação de “atrasar o andamento das obras”. A proposta de caráter participativo (intervenção direta no projeto básico de obras) apontava o ‘saneamento básico universal’ como prioridade maior da comunidade – o que, de longe, não foi considerado (PINHEIRO, 2016). “A primeira coisa que deviam fazer era **escutar** o que a gente acha que é bom *pra* gente! Porque não *tá* certa essa mania de dizer o que a gente precisa ou merece” – L.A., morador, quando perguntado sobre propostas para áreas livres do Morro do Alemão (dez/2015)¹³.

Após o marco normativo do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro¹⁴, é criada – mas ainda pouco explorada – a Lei de Assistência Técnica (Lei 11.888/2008): que assegura a famílias com renda até 03 salários mínimos assistência técnica pública e gratuita no projeto/construção de habitação de interesse social. A verdade é que 85% da população não usam serviços arquitetônicos porque não sabem do que se trata – e esta é a oportunidade. Não basta perguntar o que a comunidade deseja (às vezes eles não o sabem), o diálogo precisa ser mais igualitário (BURGOS, 2015). Limitar o número de pensantes agiliza, mas não democratiza a ação. Após quase duas décadas ininterruptas de programas de urbanização de favelas cariocas, ao menos um aprendizado tornou-se consensual entre o projetista-arquiteto e o cliente-favela: há que se planejar com a participação da comunidade. Uma abordagem conduzida horizontalmente e, por princípio, mais democrática.

¹² O PAC Alemão inova ao incluir o Trabalho Social - iniciado em 2008 com quatro grandes pesquisas realizadas por moradores capacitados por organizações locais: Censo Domiciliar e Empresarial, Pesquisa das Organizações Sociais, Pesquisa de Grupos Temáticos e Pesquisas de Opinião. Realizou-se, também, o Fórum Comunitário – instância fundamental para a participação da comunidade na concepção, implantação, acompanhamento e avaliação do Plano. Fonte: Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Complexo do Alemão. Disponível em <<http://m.ptdocz.com/doc/586011/pds-alemao>>. Acesso em 13 jul/2017.

¹³ Entrevista realizada para disciplina da graduação FAU/UFRJ, em parceria com o instituto local ‘Raízes em Movimento’: Projeto de Urbanização Alternativa/2015.2.

¹⁴ PDDCRJ-92, Lei Complementar nº 16, art. 148 a 151: recomenda a inclusão das favelas nos mapas e cadastros, enfatiza a participação dos moradores nos processos, recomenda “preservar a tipicidade da ocupação local”.



Nada de pseudoparticipações (“porque a lei exige”, “o prazo é curto” e “o orçamento é baixo”), ou o contato mais consultivo do que *mutuamente colaborativo*. Por uma prática urbanística nem omissa, nem impositiva – a participação promoverá a efetiva apropriação do espaço, o sentimento de pertencimento. “A política pública de Estado de urbanização de favelas deverá obrigatoriamente contar com a ampla e ativa participação dos moradores das favelas no seu processo de formulação, controle e avaliação de planos, programas, projetos e obras, garantindo direitos e evitando obras midiáticas e supérfluas, contraditórias aos interesses das populações envolvidas”¹□.

4 MUTIRÃO NO MORRO DO ALEMÃO: e a perspectiva de um morador

Dois mutirões em um mesmo beco, e os aprendizados do processo. Em um intervalo de apenas quase dois anos, os moradores do beco Leste¹□ conviveram com as visitas frequentes de alunos da FAU-UFRJ, resultantes em dois eventos de cooperação “comunitária”: mar/2016 e nov/2017. Inscritos em ‘Projeto de Urbanização Alternativa’ (disciplina de extensão da graduação, parceria dos professores Pablo Benetti e Solange Carvalho com o Instituto Raízes em Movimento), se propuseram a trabalhar sobre situações reais do morro, a partir de práticas urbanísticas de menor escala.

O primeiro dificultador do processo foi a inexistência de qualquer base prévia para desenho. ‘Digitalizada’ ou não, ‘atualizada’ em nenhuma hipótese, ‘unificada’ nem em esboço: não havia. O desenho deveria partir de nós - que cursamos o curso de Arquitetura e Urbanismo, em maioria, cheios de déficits em relação à prática. Três turmas se sucederam em inúmeras medições, aferições sobre o solo, limpezas no terreno etc. Nem mesmo após as intervenções realizadas, pode-se dizer que o levantamento obtido corresponde à realidade. Do

¹□ SEMINÁRIO NACIONAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, II. 7ª proposta da Carta Manifesto - produto conjunto dos participantes moradores, representantes de coletivos, ativistas, estudantes e professores, arquitetos, representantes do terceiro setor. Rio de Janeiro, nov/2016.

¹□ Rua Leste é o nome oficial – não o mais usual - apresentado pela prefeitura em Rio+Social. Disponível em <<http://www.riomaisocial.org/territorios/complexo-do-alemao/?secao=mapas>>. Acesso em fev/2016. Na prática, os moradores o nomeiam de diferentes formas: a maneira mais frequente de comunicar sobre qual beco se fala é citar um “comércio referência” - quando não, um morador bastante conhecido ou o lugar no qual ele desemboca.



alto, nenhuma aerofotogrametria consegue revelar tudo o que fica oculto sob a projeção das casas muito próximas (alguns trechos chegam a ter largura de passagem inferior a 1m). Além disso, o tempo de transformação do beco é muito mais veloz do que o aprendizado dos alunos consegue alcançar. Nesse intervalo, trechos desimpedidos e projetáveis ficaram obstruídos com material de obra, muros cegos tornaram-se fachada com janela, por exemplo.

A aproximação dos moradores foi, ao mesmo tempo, dificultosa e surpreendente. Mesmo variando os horários das visitas, alternando entre dia de semana, finais de semana e feriado, a disponibilidade de tempo para trocar – das duas partes – era sempre um desafio. Os horários de aula geralmente conflitavam com o horário de trabalho/escola da maior parte dos moradores. O primeiro contato revelava algum grau de desconfiança, naturalmente: éramos pessoas desconhecidas oferecendo um serviço que, apesar de desejarem, não haviam solicitado. Desconfiavam, também, da certeza do cumprimento da promessa e de qual papel lhes caberia ao final. Mas mostravam-se receptivos a qualquer “melhoria”: “se a prefeitura (o governo) não faz, os meninos vêm aqui e resolvem”, diziam.

FIGURA 01: Mutirão de construção no beco Leste.



Fonte: Morro do Alemão/Complexo do Alemão – autoria própria (nov/2017).



Quando questionados sobre o que imaginavam para o beco, esbarrávamos na falta de expectativas. Ou contentavam-se com um “lugarzinho *pra* sentar”, “uma escada direitinha *pra* subir”; ou solicitavam mobiliário convencional de praça, bancos e mesas de jogos; ou (geralmente os pequeninos) revelavam grandes desejos não aplicáveis à escala dos espaços livres do beco, como um campo de futebol. Disso pôde-se entender a falha na troca: se queríamos respostas para aquilo que não estavam habituados a ver, deveríamos apresentá-los a esse universo de possibilidades primeiro. Projetar “*in loco*”, papel, lápis e muita conversa ilustrada para fazer funcionar. Todavia - sob a justificativa do ‘tempo’ - a participação tornava-se, no máximo, *consultiva*.

A mobilização, por todas essas razões, era irregular. Uma vez reservou-se uma visita apenas para convidar os moradores para a apresentação de projetos, no melhor horário de sábado. Distribuímos lembretes, explicamos o motivo, o encontro seria no dia seguinte. Só dois moradores apareceram. Bastante interessados, deve-se dizer. Por outro lado, nos dias de mutirão propriamente ditos, a Teté e o Renato forneciam água; Sr. Raimundo, o balde; Sr. João distribuía bolo e suco todo final de tarde; Dn. Adriana e a Dn. Marlene ligavam as máquinas nas tomadas de casa; o bar do Sr. Laerte virava depósito temporário de ferramentas; quando não era o quintal do Ricardinho que ficava tomado por sacos de cimento. Estabelecia-se, rapidamente, uma rede de colaboração fundamental à realização dos mutirões.

Mutirões estes, que só puderam ser realizados sob as orientações dos “Mestres das obras” (em maiúscula e não “de obras”, no sentido estrito daquele que *muito* ensina): Dom Lauro Sidney – em 2016 – e Sr. Roberto – em 2017. Sr. Sidney, à época membro-colaborador do Instituto Raízes em Movimento, chegava a todos os dias de obra reclamando estar “cansado e velho demais para aquilo, que não viria mais”. Todos os dias, também, inutilizava alguma peça de roupa: porque não só nos instruía a respeito do traço de concreto, modos de chapiscar, quantidade de vergalhão necessária... como também se debruçava sobre o cimento molhado, limpava tubulação obstruída, plantava mudas de planta, por exemplo. Conduzia-nos com tamanha entrega, que foi elevado carinhosamente à categoria dos nobres (‘dom’). Um amigo, resmungão, mas sempre acessível. De maneira semelhante, Sr. Roberto conduziu a turma do ano seguinte. Morador da Av. Central (a principal via do morro), tinha paciência pedagógica para, antes de executar, ensinar aos estudantes voluntários ‘como fazer’. Era a



personificação de que o saber prático do dia a dia em nada é inferior ao saber teórico da academia. Indo além: nesta ocasião, o saber prático acumulado em serviços de obra a vida toda pelo Sr. Roberto foi o que permitiu o desenvolvimento das ações que nós – supostamente detentores do saber teórico – não sabíamos realizar.

Os moradores, que constituíram a base de apoio às obras, não possuíam a visão global do projeto. Compartilhavam o otimismo de que algo bom estava sendo feito, mas não sabiam qual seria o resultado até que o resultado chegasse. As respostas às perguntas não satisfaziam a necessidade de explanação - não só ilustrativa, como também dos métodos de trabalho, das metas propostas e as alcançáveis, das limitações e das possibilidades na turma. Mesmo o Sr. Sidney e o Sr. Roberto, lideranças no evento das obras, participaram de modo *ativo* – com a mão literalmente na massa – mas pouco de modo *deliberativo*. Deliberavam mais no sentido de corrigir a execução, do que no âmbito da criação projetual.

Muitas outras reflexões podem ser levantadas dessa imersão na vida no beco, a partir das experiências do ‘pré-durante-pós’ mutirão. Convém rever equívocos e avaliar o que pode ser aperfeiçoado, objetivando a participação efetiva do morador no processo. Por essa razão, este trabalho reserva – a seguir – espaço para a fala de um deles:



Por Lucas de Assis Costa

Em 24 jun/2018.

Eu estive presente no mutirão de novembro de 2017 realizado no beco Leste, por alunos da FAU orientados pelo prof. Pablo e prof. Solange. Meu irmão fazia obra em uma casa do beco e também acabou ajudando. Estavam presentes Seu Roberto e outros moradores ajudaram trazendo água para beber e para o traço (obs.: não a mesma água), cedendo lugar para deixar material e tomadas para ligar as máquinas (makita/betoneira). Embora as pessoas estivessem ali, não sabiam o que seria feito, como seria, porque, mesmo assim estavam solidárias e abertas, mas infelizmente serão uma ferramenta.

Eu vi o Seu Roberto ensinando os alunos chapisco, mas quem aparece como autor não é ele, e todas aquelas pessoas que foram fundamentais para tudo acontecer, ninguém vai saber ao menos seus nomes. Estão sendo postas em lugares menores do que merecem, e quem sou eu? Sou todas essas pessoas, amigo do Ricardo e de sua mulher Kelly grávida de 9 meses do segundo filho, Dona Adriana e Dona Marlene.

Todos têm muito a ensinar principalmente os mais velhos e merecem respeito e reconhecimento. O trabalho coletivo propõe que, TODAS as escolhas sejam coletivas, quem apresenta, quem fala pelo grupo, onde será apresentado, como e onde será a intervenção, como usar o dinheiro disponível, como usar os apoios (patrocínios), e deve levar uma assinatura coletiva. Abrir mão dos privilégios e repensar o seu lugar é o primeiro passo de algo realmente participativo.

A universidade deve deixar algo melhor que cimento e areia. Se não houver um trabalho para que essas pessoas estejam dentro desses espaços, discutindo e decidindo o que é melhor *pra* si, mestres e doutores continuarão ganhando prêmios e aplausos dentre outras coisas, e os moradores invisibilidades e condicionados a esse lugar.

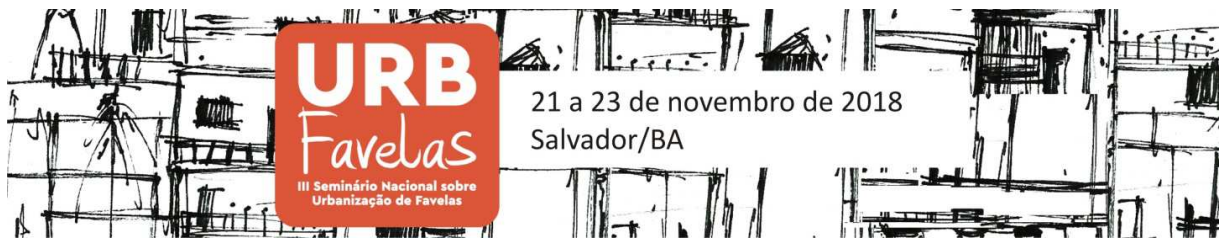


A relação efêmera entre esses agentes é uma relação de poder, onde é feita uma única vontade, a do planejamento, planejamento e material voltado há um público específico pois, só um lado ganha. Uma intervenção feita dessa maneira torna se violenta, e não cria relação com o que foi feito dentro de qualquer espaço, sendo muitas vezes depredado ou negligenciado.

A questão participativa envolve uma série de fatores, e, o mais importante deles é a decolonialidade. Renato Noguera, em seu texto “DENEGRINDO A EDUCAÇÃO: UM ENSAIO FILOSÓFICO PARA UMA PEDAGOGIA DA PLURIVERSALIDADE”, mostra que a igualdade abstrata do Brasil criou uma desvalorização nos materiais teóricos e filosóficos produzidos em diáspora; um olhar afroperspectivado valoriza a diversidade de narrativas.

Considerando que “universal” pode ser lido como uma composição do latim *unius* (um) e *versus* (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra *versus*. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas, a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver essa contradição é introduzir o conceito de **pluriversalidade** (RAMOSE, 2011, p. 10).

Em espaço periférico e de maioria negra, deve-se, numa tentativa de horizontalizar os conhecimentos, legitimar e valorizar o que é, foi e será produzido pela população negra diaspórica, uma vez que se entende que esses espaços de maior vulnerabilidade são produtores de várias formas de conhecimento prático e teóricos e são negados reconhecimento. Qualquer argumento se não vier de uma pessoa não negra em um lugar de poder, é negligenciado. Deve-se repensar formas de ação não coloniais para não se repetir um erro de 130 anos.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos metodológicos, prática de pesquisa e projeto, devem ser repensados a partir das narrativas cotidianas dos atores sociais diretamente afetados. Sobretudo em áreas urbanas instáveis, onde as transformações se dão em ritmo acelerado, o método - mais abrangente e mais próximo - deve revelar particularidades que fujam de noções generalizantes e redutoras do espaço. A perspectiva aérea de um mapa tradicional não consegue explicar as singularidades sócio espaciais imprevistas do interior dos becos. Tampouco análise quantitativas, apenas, serão suficientes para a compreensão das tensões que se configuram ali: a *práxis* urbanística requer deixar-se impregnar pela atmosfera do lugar; o caminhar crítico e flexível é a contribuição do método ‘trabalho de campo’ ao urbanismo.

Trata-se de um dos instrumentos intelectuais ou *démarches mentais* (LEFEBVRE, 2001) - a “transdução”: construir objetos teóricos com as informações que recaem sobre a realidade é uma retroalimentação permanente entre o *conceito* e as *observações empíricas*. Em outras palavras, a teoria/metodologia formaliza algumas operações mentais espontâneas do urbanista. Indo além e parafraseando o autor: a classe “dos excluídos” é a **única** que pode acabar com uma segregação dirigida **essencialmente** a ela. Afastar-se da vida urbana alienada e assumir-se como ator político é, portanto, exercer seu ‘direito à cidade’.

A contribuição desse urbanismo ao *avesso* seria exatamente a formação de lideranças livres (não cooptadas) através da ‘pedagogia da autonomia’ (COUTINHO, 2018). Conscientes de *existirem* em território onde *inexiste* a democracia – vide os rotineiros casos de violência e abuso policial ou as permissões concedidas pelo tráfico, por exemplo – militam politicamente pela garantia do direito de participar. Mais que isso, pelo direito de decidir (participação deliberativa). A questão não é simplesmente ouvir as demandas imediatas de dada comunidade, mas relativizar nossa posição enquanto urbanistas e pesquisadores. Nosso papel articulador deve imperar sobre qualquer vaidade ou ego: **o ‘arquiteto maestro’ apenas conduz ações (coletivas e sem clara autoria) que respeitam o lugar de fala do morador.**



Propagam-se por aí projetos de requalificação urbana sob a bandeira da ‘revitalização’ que nada revitaliza – só acaba com a vida preexistente em determinado local (LIMA, E.; 2018)¹. O espaço criado por quem detém o poder hegemônico costuma ser artificial, desorienta; enquanto o espaço criado pelo habitante tende a ser vívido, por ser representativo (permite relações de identidade e memória). É essa memória - do indivíduo, da população – que deve ser preservada, não só a que está registrada em documentos iconográficos. O respeito¹ está associado, também, à questão da terminologia (como os moradores nomeiam o SEU lugar)¹; à questão do nomadismo (como sobrevive, em reassentamentos, o sentimento de pertencimento/reconhecimento?); à questão da espera (as promessas não cumpridas são outro tipo de violência simbólica); à questão dos novos loteamentos (a aleatoriedade dos sorteios força a convivência entre vizinhos desconhecidos, rompe relações de afetividade), por exemplo.

O **mutirão** é, por excelência a prática autogestionária da resistência – a materialização do *agenciamento coletivo*. É o encontro oportuno que possibilita habilitar (desde a concepção dos planos) a comunidade organizada em seu espaço – e, por essa razão, identificada com o território recém-valorizado do qual se apropria. As oficinas de capacitação que dele fazem parte (participação ativa) resgatam a cidadania desses indivíduos de modo a facilitar o processo de pós-ocupação da intervenção. Além das ações cooperativas para a qualificação profissional, é possível instrumentalizar o morador por meio de folders explicativos também.

¹ Processo conhecido como *Gentrification* = a “requalificação” aumenta o valor do aluguel e expulsa os moradores da favela para as regiões mais periféricas da cidade.

¹ SEMINÁRIOS PROURB, 2018, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 02 maio/2018. Palestra de: REGINENSI, Caterine. “*A perspectiva das margens como construção da cidade contemporânea*”.

¹ Arbitrária decisão do atual prefeito do Rio de renomear – à canetada – mais de 40 logradouros públicos da Vila do João (Complexo da Maré): em nada altera o contexto de vulnerabilidade local, passa por cima das experiências cotidianas, deslocamentos e memórias estabelecidas por cerca de 13mil residentes – previsivelmente, não consultados. Assim como a construção do teleférico no Alemão, é exemplo de solução unívoca e centralizadora que pode enfraquecer práticas sociais. Fonte: *Crivella muda nomes de ruas na Vila do João*. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/crivella-muda-nomes-de-ruas-na-vila-do-joao-21905331.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Extra>. Acesso em 03 out/2017.



Outros métodos alternativos podem fortalecer esse protagonismo (REGINENSI, 2018): o método *dos itinerários*²⁰ - uma entrevista-caminhada cujo trajeto é definido pelo entrevistado; o método *dos desenhos* - realizados em dinâmicas nada impositivas com as crianças; o método *da imersão* - fazer parte da vida da comunidade e estar atento para materializar as ideias que surgem, assim como a favela, organicamente (“a favela já é solução!”²¹). Em outras palavras, permitir-se - na prática urbanística - *ser afetado/impregnado* pela atmosfera do lugar (onde as práticas cotidianas - nem sempre os planos - são determinantes no modo de reprodução urbana). Enfatiza-se, no entanto, que esse ‘urbanismo colaborativo’ não retira - *de forma alguma* - a responsabilidade social do Estado. É possível (e necessário) conscientizar, transformar e, ao mesmo tempo, reivindicar - logo, resistir!

O quarto espaço-tempo é o momento de disputar narrativas sobre a realidade favelada - que não só a da criminalidade, e JAMAIS a do “zoológico de bichos humanos”²² em que se pode displicentemente ‘turistar’. A cooperação comunitária e autônoma (ator coletivo, sujeito de si) nos indicará o real desejo dos usuários daquilo que projetaremos; saber ouvir a voz da favela é o que nos permitirá projetar com propósito e sentido - a favor de uma prática urbanística mais socialmente responsável.

²⁰ Como ocorreu, em 2013, no “rolezinho afetivo” promovido pelo ‘Ocupa Alemão’ - coletivo autônomo que se dispôs a pensar a cidade a partir dos sucessivos deslocamentos que ela proporciona ou nega (LIMA, C. 2015). A ideia de que o ‘errante urbano’, quando em movimento, amplia o espaço para transmissão/recebimento de experiências do outro.

²¹ SANTIAGO, Raul - mídia ativista do coletivo ‘Papo Reto’/Complexo do Alemão, em entrevista concedida ao programa de televisivo “Conversa com Bial”, Globo. Em 28 set/2017.

²² Ver mais em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/opinion/1506382613_871251.html>. Acesso em 26 set/2017.



REFERÊNCIAS

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. “Urbanismo pelo avesso: a prática urbanística na cidade do Rio de Janeiro”. In: SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 25 abril/2018.

LIMA, Evelyn Furquim W. “O Centro do Rio de Janeiro e bairros adjacentes: desafios da política urbana face à preservação do patrimônio cultural”. In: SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 28 mar/2018.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL; AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão- Remodelação-Embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em <<http://planourbano.rio.rj.gov.br>>. Acesso em 04 maio/2018.

DAVIS, Mike. A generalização das favelas. In.: **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.31-58.

BURGOS, Marcelo. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

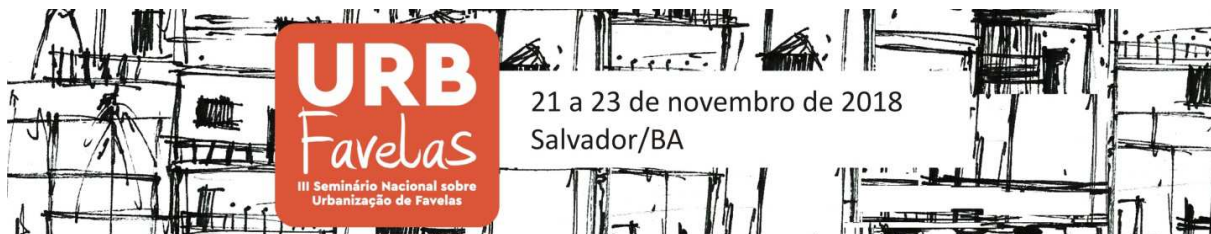
ALVES, José E. D. “O Brasil em transição”. In: SEMINÁRIOS PROURB, 2018, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, Rio de Janeiro, auditório LAMEMO: PROURB/UFRJ, 11 abr/2018.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

PINHEIRO, Alan Brum. O Mundo Complexo... do Alemão. In: RODRIGUES, Rute Inanish. (Org.). **Vida Social e Política nas Favelas**. 01ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 227-231.

LIMA, Carlos Henrique de. Narrativa e Experiência do outro: um rolê afetivo no Complexo do Alemão. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo** (Oculum Ensaios), v. 12, p. 255-268, 2015.

BURGOS, Marcelo. Projeto Social, Projeto de Urbanização - Fronteiras a serem ultrapassadas. In.: IZAGA, Fabiana (org.). **Cidade Sustentável, expressão do século XXI**: Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento do rio de Janeiro, 2015. 100p.



LEFEBVRE, H. O direito à cidade. In: **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p.105-118.

RIOONWATCH (blog). **A História das Urbanizações nas Favelas Parte I: 1897-1988**. Disponível em <<http://rioonwatch.org.br/?p=4676>>. Acesso em 13 jul/2017.

RIOONWATCH (blog). **A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)**. Disponível em <<http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em 13 jul/2017.

LEITÃO, Gerônimo et al. Projeto Mutirão, Programas Favela-Bairro e Morar Carioca: três décadas de urbanização de favelas na Cidade do Rio de Janeiro. In: PEIXOTO, Elaine R. et al (Orgs.). **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Brasília, DF: Universidade Brasília- FAU, 2014 . Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/projeto-mutirao-programas-favela-bairro-e-morar-carioca-tres-decadas-urbanizacao-favelas-na>>. Acesso em 13 jul/2017.